



28 DE JULHO DE 2016

Quinta-feira

- CNI DIZ QUE VALORIZAÇÃO DO DÓLAR IMPULSIONA EXPORTAÇÕES
- GOVERNO E CENTRAIS SINDICAIS VÃO DISCUTIR MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA
- MINISTRO RECUA DO PRAZO DE ENVIAR PROPOSTAS TRABALHISTAS E ESPERARÁ CONSENSO
- BRASIL É O 3º PAÍS COM MAIOR CARÊNCIA DE TRABALHADORES QUALIFICADOS
- FATURAMENTO DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS CAI 29,3% NO 1º SEMESTRE, REVELA ABIMAQ
- ABIMAQ: GANHO DE COMPETITIVIDADE COM DESVALORIZAÇÃO DO REAL SE PERDEU ESTE ANO
- DE 2011 A 2015, BRASIL DESPERDIÇOU ENERGIA SUFICIENTE PARA UM ANO DE CONSUMO
- POR QUE HÁ RESISTÊNCIA ÀS INOVAÇÕES? UM PESQUISADOR DE HARVARD TEM A RESPOSTA
- O BRASIL CONTINUA EM RECESSÃO?
- EMPREGO COMPLETA 15º MÊS DE QUEDA; 91 MIL VAGAS FECHAM EM JUNHO
- CAGED MOSTRA QUE BRASIL PERDEU 91.032 VAGAS FORMAIS DE EMPREGO EM JUNHO
- CAGED PIOR QUE O ESPERADO INDICA QUE FUNDO DO POÇO AINDA NÃO CHEGOU, DIZ FGV
- CARRO AUTÔNOMO PODE REDUZIR EM 60% O NÚMERO DE VEÍCULOS NAS RUAS
- CARTEIRA DE VEÍCULOS SOFRE NOVA CONTRAÇÃO
- COM NOVA ESTRATÉGIA, GRUPO PSA AMPLIA GANHOS NO 1º SEMESTRE
- KNORR-BREMSE CRIA SUSPENSÃO PARA COLETA DE LIXO
- LUCRO LÍQUIDO DA FCA SALTA PARA € 799 MILHÕES NO 1º SEMESTRE
- VENDAS DO GRUPO VW CRESCEM APENAS 1,5%
- SEGMENTO DE FUNDIDOS E USINADOS PUXA CRESCIMENTO DA ROMI NO 2º TRIMESTRE

- DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SP FICA EM 17,6% EM JUNHO
- CORREIAS MERCÚRIO INICIA TESTES DE OPERAÇÃO EM SUA NOVA FÁBRICA, NO PARÁ
- RANDON REAFIRMA CONFIANÇA NO POTENCIAL DE CHAPECÓ (SC)
- FLUKE LANÇA NO MERCADO BRASILEIRO SEU MAIS NOVO CALBRADOR INDUSTRIAL DE PRESSÃO
- SOJA, MILHO E MINÉRIO COLABORAM PARA DESACELERAÇÃO DE PREÇOS AO PRODUTOR, DIZ FGV
- ACÕES ANTICORRUPÇÃO ACELERARAM PROGRAMAS DE COMPLIANCE, DIZEM EMPRESÁRIOS
- MACIEL: CRÉDITO LIVRE ÀS EMPRESAS CAIU 7,5% NO SEMESTRE, O QUE É SIGNIFICATIVO
- EM TOM MAIS OTIMISTA, FED DESTACA MELHORA DO EMPREGO E DIZ QUE RISCOS DIMINUÍRAM
- VALE LUCRA R\$3,6 BI NO 2º TRI, QUEDA DE 30% SOBRE 2015 POR PROVISÃO PARA SAMARCO
- TRIBUTOS RELACIONADOS A RENDA E ATIVIDADE ELEVAM ARRECADAÇÃO NO MÊS
- CÂMARA ANALISA PARTICIPAÇÃO DE SINDICATOS EM NEGOCIAÇÕES SOBRE LUCROS DAS EMPRESAS
- CONHEÇA OS ABSURDOS QUE AINDA SOBREVIVEM NA CLT
- USIMINAS REDUZ PREJUÍZO NO SEGUNDO TRIMESTRE PARA R\$ 123 MILHÕES
- GOLDMAN ELEVA PERSPECTIVA DE PREÇOS PARA MINÉRIO DE FERRO
- LUCRO LÍQUIDO DA FORD SOBE 33,5% NO PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO
- MP DO RIO ABRE AÇÃO PARA IMPEDIR OPERAÇÃO DA CSA
- INDICADOR DE ATIVIDADE DA FIESP COM AJUSTE SAZONAL SOBE 0,8% EM JUNHO ANTE MAIO

CÂMBIO		
EM 28/07/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,275	3,276
Euro	3,633	3,634

Fonte: BACEN

CNI diz que valorização do dólar impulsiona exportações

28/07/2016 – Fonte: Bem Paraná

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) anunciou nesta quarta (27) que a valorização do dólar ante o real e a retração do mercado interno impulsionaram as exportações e reduziram as importações da indústria de transformação brasileira. Os dados fazem parte da publicação Coeficientes de Abertura Comercial do primeiro semestre de 2016. As informações são da Agência Brasil.

Pelos números, nos últimos 12 meses encerrados em maio último, o Coeficiente de Exportação, indicador que mostra a participação das vendas externas no valor da produção da indústria de transformação, ficou em 15,8% a preços constantes (excluídos os efeitos de variações dos preços), maior que os 14,2% registrados em 2015. Para a CNI, o resultado reflete o crescimento das quantidades exportadas pela indústria de transformação.

O estudo mostra, ainda, que a participação dos importados no consumo nacional caiu pelo segundo ano consecutivo, com o Coeficiente de Penetração de Importações a preços constantes recuando para 17,2% em 2015 e para 16,5% nos 12 meses terminados em maio deste ano.

A mudança reflete a forte depreciação do real em 2015 e um contexto de desaceleração da demanda doméstica, reforçando o movimento de queda da participação de importados no consumo doméstico.

Governo e centrais sindicais vão discutir mudanças na legislação trabalhista

28/07/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



CUT e CTB não estiveram presentes ao encontro, mas disseram às outras centrais que aceitariam negociar após o término do impeachment

Quatro das seis maiores centrais sindicais do país já aceitaram negociar mudanças na legislação trabalhista junto com o Ministério do Trabalho.

O ministro da pasta, Ronaldo Nogueira, se reuniu nesta quarta-feira (27) com representantes da Força Sindical, Nova Central, União Geral dos Trabalhadores (UGT) e da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e anunciou a criação de um grupo de trabalho para tratar da questão.

Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB) não estiveram presentes ao encontro, mas disseram às outras centrais que aceitariam negociar após o fim do processo de impeachment.

Nogueira recuou do prazo estipulado por ele mesmo de, até o fim deste ano, enviar três propostas distintas para mudar as regras trabalhistas: uma atualização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a regulamentação da terceirização e a transformação do Programa de Proteção ao Emprego (PPE) em algo permanente. Às

centrais sindicais, o ministro se comprometeu a esperar consenso para depois encaminhar os projetos.

“Esse grupo vai tratar da atualização da legislação trabalhista, bem como propor medidas para combater o desemprego”, afirmou o ministro. “A necessidade de atualizar a legislação é comentada pelo próprio trabalhador. Em que termos, esse grupo é que vai definir.”

Ricardo Patah, presidente da UGT, afirmou que cada central tem uma posição diferente em relação a essas três questões, mas concordam com a preservação de direitos dos trabalhadores.

“Vamos negociar. Temos obrigação de, no momento em que temos mais de 12 milhões de desempregados, de discutir e tentar juntos superar essa adversidade”, afirmou. “A CLT é bastante atual, mas aceitamos aprimorar”.

“Estamos abertos à negociação. Reconhecemos que em outros países não há a CLT, mas aqui temos de pensar alguma coisa no lugar se for tirar. Mas não aceitamos a retirada de direitos”, afirmou João Carlos Gonçalves Juruna, secretário-geral da Força Sindical.

CLT

Sobre a CLT, a ideia é prestigiar a negociação coletiva, com abertura da possibilidade de flexibilização de jornada e salário, e uma simplificação da lei para evitar interpretações diversas.

“A tese do acordado sobre o legislado dá a entender que não precisa lei. Vamos definir na legislação quais os pontos que daquele acordo terá força de lei”, afirmou o ministro. José Calixto Ramos, da Nova Central, afirmou ser contra esse ponto específico. “Em uma situação como hoje, com 12 milhões de desempregados, é muito fácil o patrão fazer um acordo para evitar demissões sem levar em conta o que diz a lei. Não podemos aceitar isso tranquilamente. Um acordo da nossa parte não existirá”.

Terceirização

Na terceirização, Nogueira disse que a proposta deve incorporar ideias de vários projetos no Congresso, incluindo aquele já aprovado na Câmara no ano passado, mas que não será liberada a terceirização de qualquer atividade, mas somente de alguns serviços especializados.

“Vamos definir dentro de cada cadeia econômica quais atividades podem ser objetos desse contrato de serviço especializado”.

No PPE, será enviado um projeto de lei para torná-lo uma política permanente. Hoje, o PPE tem prazo de adesão até o final de 2016 e acaba em 2017. Nogueira disse que, se for necessário, o envio dos projetos pode ser adiado, mas que não é possível esperar por muito tempo.

Sobre o resultado do Caged divulgado nesta quarta-feira, o ministro destacou que o número negativo de junho deste ano foi menor que o do ano passado, tendência que deve se manter nos próximos meses.

“A economia está num processo de recuperação lento. Mês a mês o estoque negativo de desemprego vem reduzindo. Se você compara o mês de junho [deste ano] com o mês de junho de 2015, nós podemos comemorar”.

Ministro recua do prazo de enviar propostas trabalhistas e esperará consenso

28/07/2016 – Fonte: Paraná Online

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, recuou do prazo estipulado por ele mesmo de, até o fim deste ano, enviar três propostas distintas para mudar as regras trabalhistas. Às centrais sindicais, o ministro se comprometeu a esperar consenso para depois encaminhar os projetos.

O governo vai criar um grupo de trabalho com todas as centrais, com dois representantes de cada, para tratar sobre a atualização da legislação trabalhista e propor medidas para combater o desemprego. Não ficou definida quando será a primeira reunião.

"A disposição do governo é de que seja célere a definição desses trabalhos. Nossa intenção é que até o fim do ano possamos apresentar para o Brasil um texto que pacifique essa relação entre capital e trabalho. Agora, se for necessário mais um tempo, não tem nenhum problema em relação a isso", afirmou Nogueira, depois de mais de duas horas de reunião.

"Agora, não dá para esperar muito mais", ressaltou.

As três propostas do governo para a "atualização da legislação trabalhista" envolvem o envio de um projeto que permite que as convenções coletivas prevaleçam sobre normas legais, um novo projeto para regulamentar a terceirização no País e outro para tornar permanente o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), previsto para acabar em 2017.

Participaram da reunião representantes da Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e Nova Central. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB) não compareceram por entenderem que é preciso esperar a definição do impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff para tratar sobre propostas que mexam na vida dos trabalhadores.

Os membros das centrais que conversaram com o ministro saíram afirmando que estão abertas as negociações desde que não sejam retirados direitos adquiridos dos trabalhadores. "Aceitamos aprimorar, não tirar direitos, nem rasgar a CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas", disse Ricardo Patah, presidente da UGT. Segundo ele, cada central sindical tem alguma restrição aos três temas, mas vão iniciar um processo de debate com o objetivo de superar as "adversidades" do momento.

O secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, disse que o ministro não estipulou um prazo para a conclusão dos trabalhos do grupo. Ele afirmou que as seis centrais tomaram a decisão de que há questões que não serão aceitas em relação à Previdência Social, mas os três temas trabalhistas podem ser aprimorados.

Para José Calixto Ramos, da Nova Central, o governo "está indo com muita sede ao pote, quer beber muita água de uma vez". Segundo ele, é muito difícil chegar a um consenso até o fim do ano.

"A negociação é sempre bem-vinda, mas depende dos termos dessa negociação", afirmou. "Numa situação como a de hoje, com 12 milhões de desempregados, é muito fácil o patrão fazer um acordo para evitar demissões sem levar em conta o que diz a lei. Não podemos aceitar isso tranquilamente", afirmou sobre a proposta de que convenções coletivas podem se sobrepor às normas legais.

Brasil é o 3º país com maior carência de trabalhadores qualificados

28/07/2016 – Fonte: G1

63% das empresas com 10 ou mais empregados enfrentam o problema. País só fica atrás da Índia e Japão, mostra pesquisa da OCDE.

O Brasil é terceiro país com maior dificuldade em encontrar trabalhadores qualificados para suas vagas de emprego, mostrou uma pesquisa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Empatado com a Turquia, o país só perde para a Índia e o Japão, que aparecem em segundo e primeiro lugar no ranking, respectivamente.

Ranking de escassez

Segundo o levantamento, 63% das empresas com 10 ou mais empregados no Brasil não conseguem preencher as vagas oferecidas com profissionais qualificados. Na Índia, esse percentual sobe para 64% e, no Japão, salta para 81%.

Na outra ponta, a Espanha é o país com o menor percentual (3%) de empresas que não preenchem facilmente vagas qualificadas, seguida do Reino Unido (12%), França (21%) e China (24%).

A pesquisa também mostrou que 45% dos trabalhadores consultados acreditam que não possuem as habilidades necessárias para fazer seus trabalhos, especialmente no México, Japão e Coreia do Sul.

Apenas três a cada 10 trabalhadores acreditam que possuem capacitação suficiente para o que seus trabalhos exigem, diz o estudo. Na Espanha, 40% dos trabalhadores disseram que tiveram problemas em encontrar pessoas com as habilidades necessárias. Essa escassez foi mais acentuada no setor industrial, segundo a OCDE.

O estudo atribui essa dificuldade ao avanço das tecnologias e a computadores mais inteligentes no ambiente de trabalho. "O rápido progresso das tecnologias digitais está transformando a forma como se trabalha, e as habilidades precisarão se adequar a estas mudanças" diz o estudo, citando a criatividade e o pensamento crítico como qualidades que podem superar o avanço tecnológico.

Faturamento da indústria de máquinas cai 29,3% no 1º semestre, revela Abimaq

28/07/2016 – Fonte: Paraná Online

O faturamento da indústria brasileira de máquinas e equipamentos somou R\$ 33,060 bilhões no primeiro semestre, queda de 29,3% em relação à primeira metade do ano passado, mostra balanço divulgado nesta quarta-feira, 27, pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). Só em junho, o setor faturou R\$ 5,867 bilhões, alta de 4,2% ante maio, mas recuo de 23,7% na comparação com junho de 2015.

O consumo aparente em maio atingiu R\$ 53,613 bilhões no primeiro semestre, baixa de 25,4% sobre o volume registrado em igual intervalo do ano passado. No sexto mês, foram R\$ 12,543 bilhões, crescimento de 56,7% ante maio e avanço de 9% em relação a igual mês de 2015.

Ainda segundo a Abimaq, as exportações de máquinas e equipamentos tiveram queda de 1,1% no primeiro semestre, para US\$ 3,991 bilhões. Em junho, os embarques alcançaram US\$ 695 milhões, estável em relação a maio, mas 2,3% maior que o valor registrado em junho do ano passado.

As importações por sua vez, tiveram queda de 18,8% no semestre, para US\$ 8,398 bilhões. Em junho, foram US\$ 2,320 bilhões, alta de 93,5% na variação mensal e de 44,1% na variação interanual.

Com isso, o saldo da balança comercial do setor ficou negativo em US\$ 4,407 bilhões no acumulado dos primeiros seis meses do ano. O resultado representa baixa de 31,1% em relação ao saldo da primeira metade do ano passado. Em junho, a diferença também ficou negativa, em US\$ 1,624 bilhão, mas com crescimento de 222% em comparação com maio e de 74,4% sobre o resultado de junho de 2015.

O nível de emprego apresentou queda de 11,6% na primeira metade do ano, para um total de 307.507 funcionários. No mês de junho, houve recuo de 0,5% ante maio. Em relação a junho do ano passado, a retração foi mais intensa, de 9,6%. O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) caiu de 68,3% no primeiro semestre do ano passado para 66,6% neste ano.

Abimaq: ganho de competitividade com desvalorização do real se perdeu este ano

28/07/2016 – Fonte: Paraná Online

Os ganhos de competitividade obtidos pela indústria brasileira de máquinas e equipamentos em 2015, consequência da desvalorização do real, foram anulados pela apreciação da moeda em 2016, avalia a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). Segundo a entidade, o ganho, que começou a ser obtido em agosto do ano passado, passou a se perder em janeiro deste ano.

"As exportações começam a perder fôlego e as importações começam a ganhar fôlego", afirmou o diretor de competitividade da entidade, Mário Bernardini. Para a Abimaq, "o curto período de desvalorização frente ao dólar" trouxe relativo ganho de competitividade, mas não viabilizou reposição de margens perdidas durante a crise.

Segundo Bernardini, mesmo que o real ainda esteja mais depreciado do que há dois anos, isto representa pouco para a indústria de máquinas e equipamentos porque as fabricantes brasileiras não competem com as empresas norte-americanas.

"Nós competimos com as empresas da Europa e do extremo Oriente, e em relação a essas moedas (dessas regiões) nós não ganhamos nada", disse o diretor da Abimaq. De acordo com ele, as importações apresentavam curva decrescente até maio. "Claro que o resultado de um mês não me autoriza a dizer, mas é preocupante", afirmou Bernardini.

Segundo a Abimaq, as importações de máquinas e equipamentos tiveram queda de 18,8% no semestre, para US\$ 8,398 bilhões. Em junho, contudo, elas somaram US\$ 2,320 bilhões, alta de 93,5% em relação a maio e de 44,1% na comparação com junho do ano passado.

As exportações, por outro lado, tiveram queda de 1,1% no primeiro semestre, para US\$ 3,991 bilhões. Em junho, os embarques alcançaram US\$ 695 milhões, estável em relação a maio, mas 2,3% maior do que o valor registrado na variação interanual.

Recuperação

A Abimaq aposta que o faturamento do setor voltará a crescer no último trimestre deste ano, afirmou Bernardini. Mesmo assim, a queda da receita este ano em relação ao nível de 2015 deverá ser superior a 15%. Seria a quarta queda anual seguida do setor, que é afetado principalmente pelo recuo dos investimentos no País.

A expectativa de melhora no fim do ano é sustentada por uma aparente estabilização das vendas desde março. Para a entidade, há uma tendência à estabilidade do

indicador setorial, mesmo que em nível ainda baixo. "Parou de cair", disse Bernardini, acrescentando que a curva do faturamento em 2016 tem se assemelhado aos anos de 2009, 2011 e 2015. "Mas entre dizer que parou de cair e que a retomada começa, há uma longa distância", ponderou o diretor da Abimaq.

Para Bernardini, a saída para o crescimento, não só para o setor mas também para a economia brasileira como um todo, é apostar nas exportações e nas concessões públicas. "O Brasil precisa (de infraestrutura) e tem dinheiro no mundo. É só dar condições para que saia. Isso cria emprego e demanda e o trem começa a andar, a arrecadação sobe e o ajuste fiscal se faz automaticamente", disse.

Segundo balanço da Abimaq, o faturamento da indústria brasileira de máquinas e equipamentos somou R\$ 33,060 bilhões no primeiro semestre, queda de 29,3% em relação à primeira metade do ano passado. Só em junho, o setor faturou R\$ 5,867 bilhões, alta de 4,2% ante maio, mas recuo de 23,7% na comparação com junho de 2015.

De 2011 a 2015, Brasil desperdiçou energia suficiente para um ano de consumo

28/07/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Em pouco mais de um ano, o fantasma do racionamento deu lugar ao excesso de oferta de energia elétrica. Nos dois casos, contudo, o Brasil desperdiçou muito do que foi gerado. Nos últimos quatro anos, o país "jogou fora" eletricidade suficiente para suprir sua demanda durante um ano inteiro, considerando a média de consumo nacional.

De 2011 a 2015, 462,2 mil gigawatts/hora (GW/h) foram perdidos no caminho entre as unidades produtoras e os usuários, ou nos próprios pontos de consumo, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A soma equivale à média consumida a cada ano no país.

Um levantamento recente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) indica que, somente a redução do desperdício no Brasil garantiria economia de até 27% na fatura energética de residências e indústrias até 2030.

"Somos um país que não valoriza a racionalização dos insumos. Jogamos fora alimentos, água e também dinheiro, com os altos tributos que pagamos. O gasto com a energia, infelizmente, é mais um dos desperdícios", defende Alexandre Moana, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação e Energia (Abesco).

Cálculos da entidade sugerem que a perda de energia no país produza prejuízos econômicos na ordem de R\$ 12,6 bilhões. Segundo a Abesco, ainda, o maior potencial de economia está nas casas dos brasileiros.

"Uma redução de 15% no uso da eletricidade poderia acontecer com a adoção de medidas simples, como desligar as luzes ou reduzir o uso do chuveiro elétrico e do ar-condicionado, por exemplo", diz Moana. O percentual é maior que nos setores

industrial e comercial, com possibilidades de redução de, respectivamente, 6,2% e 10% e 11%.

Para especialistas do setor, são diversos os fatores responsáveis pelo índice, mas, entre os principais, estão a distância entre as usinas produtoras e o usuário, falhas técnicas nas redes de transmissão, equipamentos obsoletos e os furtos de energia.

“Os problemas na etapa de distribuição são chamados técnicos. As perdas comerciais, por outro lado, são motivadas por furtos e fraudes, erros nos processos de faturamento da tarifa elétrica ou falta de hábitos para economizar”, resume Jamil Haddad, coordenador do Centro de Excelência em Eficiência Energética. O desperdício nas unidades consumidoras – sejam indústrias, comércios, setores públicos, área rural ou residências – também engrossam o desperdício.

Segundo Pietro Erber, diretor do Instituto Nacional de Eficiência Energética, investimentos nas redes de transmissão podem mitigar as perdas comerciais ao controlar roubos de eletricidade e garantir mais inteligência ao uso do insumo. “Com as smart grids, as concessionárias e os usuários têm mais informações sobre o consumo, em cada momento e, com isso, passam a gerir com mais eficiência a carga elétrica”, diz.

A geração distribuída, defende ele, é outro caminho para a redução de perdas no trânsito energético. “O que é produzido em uma unidade consumidora é utilizado por ela mesma. Apenas o excedente é compartilhado com a rede, que devolve a porção como crédito na próxima fatura”, reforça.

Para o diretor, o crescente abandono de equipamentos obsoletos ou mal regulados por consumidores e, principalmente, pela indústria, já incentivado por programas governamentais, também contribuem com a redução do problema.

Consumidor paga pelo desperdício, mas a maior parte da conta fica com as elétricas

Consumidores e distribuidoras acabam dividindo o prejuízo causado pelas perdas de energia. Parte expressiva do problema acaba assumida pelas concessionárias. Segundo a Eletrobras, em 2015, o índice de perdas comerciais acumuladas pelas empresas nacionais foi de 15,12% do total da energia produzida, acima do resultado de 2014 – 14,11%.

As falhas técnicas tiveram índices menores: no ano passado, 9,51% da produção das concessionárias foi comprometida por problemas operacionais durante a distribuição. Em 2014, foram 9,57%.

De acordo com a Eletrobras, contribuíram para os aumentos dos índices a elevação dos custos das tarifas e as condições desfavoráveis da economia nacional. Em todo o país, de 2014 para 2015, ocorreu um crescimento de 6% na quantidade de energia consumida e não paga. Os furtos de energia, também conhecidos por “gatos”, violações nos lacres e desvios nos medidores são os maiores responsáveis por esta condição.

“Gatos” em áreas nobres

A Light, distribuidora de energia da cidade do Rio de Janeiro e de outros 30 municípios fluminenses, é a que mais sofre com a ilegalidade. Do total da eletricidade fornecida pela companhia, 23,9% são furtados. A porção equivale a 6 mil GW/h por ano, o que atenderia a demanda anual de um estado como o Espírito Santo, por exemplo.

Só no Rio, 1,2 milhão dos 3 milhões de clientes da concessionária furtam energia e 55% do volume vêm de bairros com maior poder aquisitivo, como Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá, Ilha do Governador e Copacabana. A ocorrência aumenta em

15% a conta de luz do carioca. Só neste ano, a Light deve investir R\$ 268 milhões para combater a prática.

Programas nacionais contribuem com economia, mas esforço deve ser constante

Alguns programas governamentais incentivam a eficiência energética. Os principais são o Programa de Eficiência Energética (PEE), o Programa Brasileiro de Etiquetagem e o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel).

Só o último, em 2015, segundo dados federais, contribuiu para uma economia de 11,7 bilhões de quilowatts-hora (kWh). Em maio deste ano, o Procel passou a ter direito a 20% dos recursos usados pelas distribuidoras do país para investir em estratégias de economia. A porção garantida equivale ao valor de R\$ 100 milhões anuais.

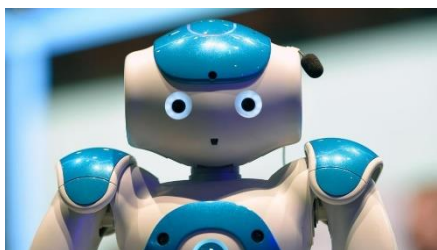
Há quinze anos, o país também conta com a Lei da Eficiência Energética (10.295/2011), que estimula a introdução de produtos mais eficientes no mercado nacional e a redução da emissão de gases nocivos à atmosfera, gerados em maior qualidade por sistemas desregulados ou mais antigos.

Para Jamil Haddad, coordenador do Centro de Excelência e Eficiência energética, os programas garantem bons resultados, mas é preciso pensar em cada vez mais incentivos para estimular a economia de energia.

“Em alguns países, há incentivos federais às indústrias que melhoram a eficiência energética. Na medida em que economizam, recebem incentivos fiscais e aproveitam reduções significativas nos impostos”, conclui.

Por que há resistência às inovações? Um pesquisador de Harvard tem a resposta

28/07/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Seres humanos têm o hábito de atrasarem seu próprio progresso. Do café à refrigeração mecânica e aos alimentos geneticamente modificados, a história está repleta de inovações que geraram resistência antes de se tornarem essenciais na vida cotidiana.

A mesma história está se repetindo hoje conforme alguns legisladores e consumidores questionam a segurança de carros sem motoristas, o impacto econômico da automação ou a segurança de transações bancárias pelo celular.

Em retrospecto, a oposição a inovações tais como equipamentos agrícolas mecânicos ou música gravada podem parecer ridículos. Mas os últimos 600 anos de história humana ajudam a explicar por que as pessoas frequentemente se opõem a novas tecnologias e por que esse padrão de oposição continua até hoje.

Calestous Juma, professor da Escola de Governo Kennedy da Universidade de Harvard, explora esse fenômeno em seu último livro, “Innovation and Its Enemies: Why People Resist New Technologies” (Inovação e seus inimigos: por que as pessoas resistem a novas tecnologias, ainda sem tradução para o português).

Entre as afirmações de Juma está a de que as pessoas não temem a inovação simplesmente porque a tecnologia é nova, mas porque a inovação frequentemente significa perder uma parte de suas identidades ou estilos de vida.

A inovação também pode separar as pessoas da natureza ou de seu senso de propósito – duas coisas que Juma argumenta que são fundamentais para a experiência humana. O *Washington Post* se sentou com Juma para discutir suas descobertas, e o que o governo e a indústria têm historicamente entendido errado a respeito da inovação. O que se segue são quatro conclusões-chaves dessa conversa.

1. As pessoas às vezes se opõem à inovação mesmo quando ela parece promover o seu melhor interesse.

O ímpeto para o livro de Juma veio no fim dos anos 90 quando, no cargo de secretário executivo da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, ele supervisionou negociações internacionais relacionadas à regulação de culturas agrícolas geneticamente modificadas. Grupos contra e a favor da expansão no uso de culturas geneticamente modificadas foram vocais e obstinados, mesmo quando Juma percebia que pareciam ter um objetivo comum.

Aqueles a favor da tecnologia diziam que ela poderia reduzir o uso de pesticidas, que ambientalistas que se opunham à tecnologia há muito criticavam como prejudicial ao meio ambiente.

“O que me chamou atenção à época foram as duas posições contraditórias”, disse Juma. “Isso acabou colocando a questão em um contexto mais amplo. Há momentos em que novas tecnologias que poderiam ser benéficas à humanidade (...) acabam frequentemente sendo objeto de oposição pelos mesmos grupos que poderiam se beneficiar delas.”

2. Tecnologias que são vastamente superiores às suas predecessoras, ou não têm predecessoras, são mais facilmente adotadas.

Pode haver uma cafeteria em cada esquina hoje em dia, mas a bebida cafeinada já causou muita polêmica no passado. Juma escreve que o café se tornou popular pela primeira vez entre imãs no oriente médio que precisavam ficar acordados para chamar as preces na hora correta.

Simplesmente desempenhava melhor essa tarefa do que qualquer outro estimulante à época, disse Juma. Mas o café levou muito mais tempo – séculos – para pegar na Alemanha, na França ou na Inglaterra, onde as pessoas estavam fissuradas em cerveja, vinho e chá, respectivamente.

“Muita da resistência vêm daqueles que sustentam ou são sustentados pelo produto incumbente”, disse Juma. “A maior lição da história do café é que se uma nova tecnologia tem propriedades superiores, avassaladoramente superiores às de suas predecessoras, a probabilidade é que essa tecnologia seja adotada independentemente de qualquer outro fator.”

3. Resistência a novas tecnologias vêm de três elementos-chave, inclusive o consumidor médio.

Juma identificou em sua pesquisa três fontes-chave de oposição à inovação: aqueles com interesses comerciais nos produtos existentes, aqueles que se identificam com os produtos existentes e aqueles que podem perder poder em decorrência da mudança. O primeiro grupo é talvez o mais óbvio.

Muitas indústrias foram abaladas, e mesmo dizimadas, pela inovação. É só dar uma olhada nos fúteis esforços dos distribuidores de música para parar ou desacelerar a transição para música digital, outro tópico que Juma aborda no livro.

Alguns consumidores podem se opor a uma inovação porque o produto existente está profundamente enraizado na sua identidade, cultura ou costumes. Britânicos preferiam a hora do chá em casa do que passar tempo em uma cafeteria, por exemplo.

Finalmente, a emergência de novas tecnologias pode também resultar em uma mudança no poder político e econômico, redistribuindo riqueza e influência de alguns grupos para outros. A expansão dos tratores e outros equipamentos mecânicos reduziu a necessidade por trabalho agrícola, e a transição da população para longe das áreas rurais teve implicações políticas significativas, escreve Juma.

4. As pessoas tomam decisões sobre inovações com seu instinto no lugar de evidências.

Oponentes e entusiastas de uma nova tecnologia frequentemente farão afirmações ousadas para impulsionarem seus argumentos, apelando para saúde, ciência, meio ambiente, psicologia e várias outras disciplinas em busca de suporte. Algumas vezes essas afirmações são fundadas em fatos, outras vezes não.

Pessoas já afirmaram que o café poderia te deixar estéril ou te levar a um estado de histeria. Juma disse que por trás desses argumentos tipicamente estava um medo instintivo de novas tecnologias, em vez de uma resposta racional.

“As pessoas reagem intuitivamente, e coletam as evidências que suportam o que eles estão fazendo”. Disse Juma. “Eles veem um novo produto e há uma reação emocional a esse produto porque ele desafia sua visão de mundo. Essa tem sido a história com quase todo produto novo.”

5. As pessoas correm para tecnologias que as fazem mais autônomas e móveis.

Telefones celulares e música digital viram rápidas adoções porque permitiram que as pessoas fossem mais autônomas e mais móveis. Você não precisa mais estar em casa para fazer uma ligação telefônica ou se acorrentar a um aparelho de som para ouvir música.

As pessoas gostam de se mover e de fazê-lo conforme sua própria conveniência, uma preferência que algumas das mais bem sucedidas inovações exploraram para sua vantagem, disse Juma.

“Essa é uma razão porque você vê muita tecnologia sendo integrada em automóveis”, disse Juma. Semelhantemente, o cérebro humano está afinado para “procurar padrões, ficar atento pra novidades e prosperar com feedback”, ele disse.

“Acredito que esses se tornaram aspectos bem fundamentais de se ser humano, e isso influencia como selecionamos por quais tecnologias nos tornamos apaixonados, e quais podem apenas aparecer e ir embora.”

6. As pessoas tipicamente não temem novas tecnologias, elas temem as perdas que elas trarão.

Há uma convenção de que as pessoas simplesmente têm medo daquilo que não entendem. Isso pode não se aplicar à tecnologia, disse Juma, ao menos não exatamente.

“É da perda que elas estão com medo, não da novidade”, ele disse. Essa perda (percebida ou real) pode ser uma parte de sua identidade, seu estilo de vida, e sua segurança econômica. Pessoas que vivem de comida plantada em sua comunidade ou que trabalham a terra por dinheiro estavam inclinadas a resistir ao advento e à adoção de equipamentos agrícolas mecânicos.

Juma disse que entender a fonte do medo pode ajudar empresas e governos a mitigar a resistência à inovação ao envolver aqueles que provavelmente serão afetados no desenho das novas tecnologias.

7. Desenvolvedores frequentemente não pensam a respeito do impacto que suas invenções têm na sociedade.

Historicamente, desenvolvedores têm se preocupado mais com a funcionalidade dos produtos que criam, dando menos atenção para as implicações que podem ter para a sociedade como um todo, afirma Juma. "Acredito que eles ficam muito concentrados na parte instrumental da tecnologia. Funciona ou não?"

Eles não a conectam com as dimensões sociais", ele disse. Isso pode estar começando a mudar conforme o Vale do Silício enfrenta escrutínios a respeito de implicações de novas tecnologias para a segurança e a privacidade.

Juma aponta para a inteligência artificial como um exemplo contemporâneo. Receios de robôs indisciplinados perdendo o controle levou a sérias discussões a respeito de se acrescentar um "botão de destruição" em produtos com inteligência artificial, uma ideia em que o Google e outros têm trabalhado.

8. A inovação não é lenta, linear ou incremental – mas o governo não percebe isso.

A maioria dos governos não percebe que "tecnologias avançam de uma maneira exponencial", disse Juma, o que resulta em gestores públicos que são constantemente surpresos por inovações e frequentemente fracassam em regulá-las de maneira bem sucedida. O Uber oferece um excelente estudo de caso.

O serviço de compartilhamento de veículos explodiu em popularidade e rapidamente se expandiu para cidades ao redor do mundo, levando a protestos de grupos de taxistas por todo o planeta. Na maioria dos casos, a resposta governamental foi lenta e reacionária.

"Isso é porque eles pensam a respeito de inovação de uma maneira lenta e linear. É assim que foi no passado; não é mais o caso", disse Juma. Para combater essa mentalidade, governos nos níveis federal, estadual e local precisam aprender a se apoiar na expertise de consultores.

O Brasil continua em recessão?

28/07/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Em relatórios, bancos mostram que houve melhora, mas ainda insuficiente para decretarem o fim da retração econômica

Quem olha o comportamento recente da bolsa de valores e do câmbio pode imaginar que a economia brasileira saiu do buraco. Esses dois indicadores de como o mercado percebe o desempenho do país vêm melhorando desde março, quando ficou claro que o processo de impeachment contra a presidente afastada Dilma Rousseff iria adiante.

O Ibovespa já tem uma valorização de 31% neste ano, enquanto a cotação do dólar, que passou de R\$ 4 nos momentos de tensão do início do ano, caiu abaixo de R\$ 3,30.

Os mercados podem estar antecipando o fim da recessão, mas não significa que a economia já iniciou sua recuperação. Em um relatório divulgado na semana passada, o departamento econômico do Itaú, usando indicadores que antecedem o resultado da economia, concluíram que o Brasil fechou o segundo trimestre ainda em recessão, apesar dos primeiros sinais de melhora.

A equipe do Santander apresentou conclusão semelhante em relatório do dia 22 de julho. Para os economistas do banco, a recessão continuava no fim do primeiro semestre, influenciada por aspectos negativos no mercado de trabalho e a continuidade no aperto do crédito.

No lado positivo, os economistas enxergam uma melhora nos indicadores de exportação e substituição de produtos importados. Para o banco, a economia vai estabilizar no terceiro trimestre e começará a retomada só em 2017.

Em relatório sobre as condições atuais da economia, a equipe econômica do Bradesco reviu para baixo sua previsão para o PIB do segundo trimestre, mas não mexeu em sua projeção de retração de 3% para o ano. Os economistas já veem sinais de estabilização, com a redução no ritmo de demissões e indicadores melhores no setor industrial. O setor de serviços, que ainda vem encolhendo, ainda preocupa.

De maneira geral, os sinais de retomada ainda são bastante tímidos. O consumo de energia subiu 1,8% em junho, na comparação com o mesmo mês do ano passado, enquanto a venda de papelão ondulado, insumo usado por quase todos os setores industriais, cresceu 3,4% em junho, também em relação ao mesmo mês de 2015. Esses primeiros dados precisam ser confirmados por uma estabilização na produção industrial e no setor de serviços, que nos últimos meses vem desacelerando.

Se a aposta na estabilização da economia neste terceiro trimestre estiver certa, só os indicadores de julho e agosto vão permitir dizer que o Brasil deixou o estado de recessão. É preciso, portanto, mais tempo para se criar um consenso de que o pior momento econômico já passou.

Emprego completa 15º mês de queda; 91 mil vagas fecham em junho

28/07/2016 – Fonte: Bem Paraná

Apesar de completar o 15º mês seguido de queda, o mercado de trabalho formal aponta para uma desaceleração no fechamento de vagas. Segundo o Ministério do Trabalho, em junho deste ano, foram cortados 91 mil postos de trabalho, aproximadamente 18% menos do que junho de 2015. Em doze meses, o país acumula o fechamento de 1,75 milhão de postos de trabalho.

Em março deste ano, quando foi alcançado o recorde no fechamento de vagas, este número estava em 1,81 milhão.

Desde abril de 2015 o país não registra um saldo líquido positivo entre a criação e o encerramento de postos de trabalho. Neste período, já foram fechados mais de 2 milhões de empregos.

A redução de vagas está espalhada por quase todas as áreas da economia. Em junho, apenas os setores de administração pública e agropecuária -que sofre importante influência sazonal -apresentaram um saldo positivo em junho.

A primeira apontou uma geração líquida de 790 empregos, enquanto que a segunda de 38 mil.

Na ponta oposta, os setores de serviços e da indústria de transformação lideram o encerramento de vagas -42,7 mil postos foram fechados no setor de serviços e 31 mil na indústria de transformação.

A construção civil (-28 mil), o comércio (-27 mil) e o varejo (-22 mil) foram outros segmentos que contribuíram para o saldo negativo de junho.

REGIÕES

As regiões do Sudeste e do Sul foram as mais impactadas pelo fechamento de vagas. Influenciado por São Paulo e Rio de Janeiro, o Sudeste apontou o fechamento de 47,5 mil postos de trabalho.

No Sul, foram encerradas 25,8 mil vagas. O Rio Grande do Sul foi o Estado que mais influenciou a conta, com saldo líquido negativo de 10,3 mil empregos. Apenas o Centro-oeste, devido à atividade agropecuária, obteve um saldo positivo. Foram criados 3,1 mil postos de trabalho na região.

Caged mostra que Brasil perdeu 91.032 vagas formais de emprego em junho

28/07/2016 – Fonte: Paraná Online

O Brasil perdeu 91.032 vagas formais de emprego em junho deste ano, informou nesta quarta-feira, 27, o Ministério do Trabalho. O resultado do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) é fruto de 1.204.763 de contratações e 1.295.795 de demissões no período.

O saldo divulgado ficou abaixo do piso das estimativas de analistas do mercado financeiro consultados pelo Projeções Broadcast, que esperavam em junho fechamento de 84,6 mil a 25 mil vagas. Com isso, a mediana estava negativa em 60 mil postos.

O número de postos fechados em junho deste ano foi menos intenso do que em igual mês do ano passado, quando foram extintas 111.199 vagas. Porém, superou o fechamento de 72.615 vagas formais de emprego em maio de 2016.

No acumulado do primeiro semestre, o saldo de postos fechados é de 531.765 vagas pela série com ajuste, ou seja, incluindo informações passadas pelas empresas fora do prazo. Este é o pior resultado para o período desde o início da série, em 2002.

No acumulado dos últimos 12 meses, o País encerrou junho com 1.765.024 vagas a menos, também considerando dados com ajuste.

Caged pior que o esperado indica que fundo do poço ainda não chegou, diz FGV

28/07/2016 – Fonte: Paraná Online

Por ter surpreendido negativamente as expectativas do mercado financeiro, a quantidade de vagas formais de emprego que foram fechadas em junho reforça dúvidas sobre quando o mercado de trabalho chegará ao seu pior momento no Brasil, avalia o economista Bruno Ottoni, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). "É cedo para dizer que chegamos ao fundo do poço", disse.

No mês passado, o saldo de demissões e contratações ficou negativo em 91.032, enquanto a previsão mais pessimista do mercado apostava em uma baixa de 84.600 vagas, segundo levantamento feito pelo Projeções Broadcast.

Com o resultado, o primeiro semestre terminou com o fechamento de 531.765 postos de trabalho.

De acordo com Ottoni, o FGV/Ibre espera que mais meio milhão de vagas sejam fechadas até o fim do ano, terminando 2016 com um saldo negativo de 1 milhão. No ano passado, os cortes alcançaram 1,5 milhão de vagas.

Depois de tantas demissões, Ottoni acredita que o espaço para cortes tem ficado cada vez menor. Além disso, ele acredita que a expectativa de melhora da economia tem feito o empresário esperar mais para tomar uma decisão de demitir.

Para o economista, uma pequena melhora do emprego formal deve vir no fim do ano, impulsionada principalmente pela sazonalidade favorável do comércio. O comércio foi, no primeiro semestre, o segmento que mais demitiu. Foram extintas 253.855 vagas, quase metade do total de vagas fechadas em toda a economia formal.

Carro autônomo pode reduzir em 60% o número de veículos nas ruas

28/07/2016 – Fonte: Automotive Business



As fabricantes de veículos e sistemistas trabalham intensamente no desenvolvimento do carro autônomo. Enquanto isso, o mercado tenta calcular o impacto que este tipo de modelo terá na sociedade.

A estimativa é de que estes veículos reduzam drasticamente os congestionamentos nos centros urbanos, com número 60% menor de carros nas ruas. Este movimento deve gerar ainda diminuição de 80% nas emissões de poluentes gerados por carros, além de baixar em 90% os acidentes de trânsito.

Estas são algumas das conclusões do levantamento Veículos Autônomos, Táxis-robôs e a Revolução da Mobilidade Urbana, elaborado pelo Boston Consulting Group (BCG).

Para entender a expectativa em torno dos modelos autoguiados, a pesquisa ouviu 5,5 mil pessoas de 27 países. Dos entrevistados 58% declararam que andariam em um automóvel totalmente autônomo e 69% afirmaram que rodariam apenas em um modelo parcialmente equipado com a tecnologia.

Os participantes também demonstraram a expectativa de que estes veículos usem fontes alternativas de energia: 29% apostam em carros puramente elétricos, 37% acreditam em híbridos e apenas 9% esperam que estes modelos sigam rodando com os mesmos combustíveis usados atualmente.

De acordo com o estudo, a falta de conhecimento sobre a tecnologia pode ser uma barreira para a evolução da autonomia veicular. Entre os entrevistados, 46% disseram que ainda preferem automóveis convencionais.

Para 23%, existe o perigo de ataques virtuais, que podem hackear o sistema dos veículos. Parcela de 20% dos entrevistados temem ainda que o carro tenha uma pane geral.

Carteira de veículos sofre nova contração

28/07/2016 – Fonte: Automotive Business



O saldo das carteiras de crédito destinado à aquisição de veículos encerrou junho com pouco mais de R\$ 149 bilhões – é o menor valor do ano até agora, segundo aponta o balanço do sistema financeiro nacional divulgado pelo Banco Central na quarta-feira, 27.

O estoque de crédito representou recuo de 13,8% nos 12 meses encerrados em junho na comparação com igual período anterior. Sobre o registrado em maio a retração foi de 1,3%, e de 7,5% considerando o acumulado do primeiro semestre contra a primeira metade de 2015.

Já as concessões de crédito cresceram 5,1% na passagem de maio para junho, totalizando R\$ 5,6 bilhões, o segundo maior volume mensal do ano até o momento.

Apesar disso, somado os valores de janeiro a junho de 2016, as novas concessões de crédito para o financiamento de veículos estão 17,8% menores se comparadas com iguais meses do ano passado.

A queda se acentua quando se compara os últimos doze meses terminados em junho contra os doze meses imediatamente anteriores: neste caso, o volume de crédito concedido caiu 21,2%, resultado que ilustra a maior dificuldade em aprovar novos contratos, ao mesmo tempo em que os financiamentos acompanham a queda das vendas de veículos.

Segundo o relatório, a inadimplência nos financiamentos de veículos alcançou nível de 4,5% em junho contra os 4,7% registrados em maio, patamar considerado tolerável pelo setor, que historicamente registra médias entre 4% e 4,5%, mesmo quando o saldo da carteira de veículos somava volumes maiores.

A taxa média de juros praticada pelo sistema nos financiamentos de veículos teve leve recuo de 0,3 ponto porcentual em junho contra maio, para 26% - há um ano, era de 24%. O prazo médio dos financiamentos ficou em 41,7 meses no mês passado.

Com nova estratégia, Grupo PSA amplia ganhos no 1º semestre

28/07/2016 – Fonte: Automotive Business



O Grupo PSA anuncia seu primeiro balanço financeiro desde o anúncio do plano estratégico Push to Pass, feito em abril com foco em melhorar o desempenho e buscar crescimento rentável. Os resultados indicam que o programa começou bem.

No primeiro semestre a companhia quase dobrou seu lucro líquido, que chegou a € 1,38 bilhão com alta de 92% sobre o mesmo período de 2015.

O faturamento global da montadora permaneceu praticamente estável no primeiro semestre na comparação com o registrado há um ano, com queda inferior a 1% para € 27,7 bilhões. Ainda assim, a empresa conseguiu melhorar a rentabilidade ao reduzir custos.

A performance operacional, que inclui apenas o resultado da atividade principal da companhia, melhorou 55,9%, para € 1,62 bilhão. Segundo a empresa, o bom resultado é reflexo do volume de vendas, com 1,54 milhão de veículos entregues globalmente.

Foram negociadas 891,3 mil unidades da marca Peugeot, com alta de 0,5%, 600,9 mil veículos da Citroën, com queda de 1%, e 51,9 mil carros da linha premium DS, que representa baixa de 2,9%.

A maior parte das vendas aconteceram na Europa, que absorveu mais de 1 milhão de unidades e cresceu 7,3%. Caíram as entregas na Ásia, para 297 mil carros, no Oriente Médio, para 87 mil licenciamentos, e na região Índia e Pacífico, com apenas 10 mil veículos. Na Eurásia os negócios continuaram estáveis, com 5 mil emplacamentos.

Ao contrário do que era esperado, a crise não fez o volume de vendas do Grupo diminuir na América Latina. Com novos produtos e ofensiva na área de distribuição, a companhia aumentou em 16,4% os negócios na região, para 88 mil carros. O Grupo PSA também destaca ter reduzido os custos fixos na operação local.

PERSPECTIVAS

A empresa traça panorama de crescimento do mercado europeu da ordem de 4% em 2016. Na China a expansão deve chegar a 8%. Enquanto isso, América Latina e Rússia tendem a encerrar o ano com queda no mercado de veículos de 12% e 15%, respectivamente. A companhia reforça os objetivos anunciados no plano Push to Pass, incluindo a meta de ampliar em 10% o faturamento entre 2015 e 2018.

Knorr-Bremse cria suspensão para coleta de lixo

28/07/2016 – Fonte: Automotive Business

A Knorr-Bremse desenvolveu uma suspensão pneumática para caminhões utilizados em coleta de lixo. O sistema realiza o nivelamento eletrônico para compensar o peso do caminhão, a caçamba e o lixo depositado, conforme a distribuição da carga e o piso da via, o que melhora a operação por facilitar a dirigibilidade.

Batizado ELC, sigla para Electronic Leveling Control ou Controle de Nivelamento Eletrônico, o sistema desenvolvido pela Knorr-Bremse alterou a suspensão de convencional (por feixes de molas) para pneumática. A adaptação para as condições brasileiras foi feita na matriz europeia da empresa.

Para os testes, a empresa de coleta de lixo Loga utilizou um caminhão Volkswagen 17.280. A suspensão recebeu válvulas com sensor eletrônico e sensor de nível (pressão e altura), todos controlados eletronicamente por uma central. Isso permite monitorar a carga e controlar a altura da suspensão de dentro da cabine.

Além disso, a Loga poderá controlar seus caminhões a distância, monitorando o peso da carga e impedindo que o trabalho seja realizado além das especificações. Segundo a Knorr-Bremse, o ELC pode ser aplicado em caminhões e ônibus para as mais diversas operações. Outra vantagem do sistema é a otimização da operação, já que ele evita o excesso de peso em um dos lados do caminhão.

O ELC oferece controle independente da pressão dos bolsões presentes nos eixos (suspenso e traseiro), controle da taxa de carga (Load Ratio Mode) e a possibilidade de configurar pelo software o volume de carga em cada eixo monitorado.

Lucro líquido da FCA salta para € 799 milhões no 1º semestre

28/07/2016 – Fonte: Automotive Business



FIAT CHRYSLER AUTOMOBILES

A FCA – Fiat Chrysler Automobiles encerrou o primeiro semestre com lucro líquido de € 799 milhões, um salto de 181% sobre os ganhos de € 284 milhões computados em igual período do ano passado, informa em balanço dos resultados financeiros globais divulgado na quarta-feira, 27.

O EBIT ajustado (lucro antes de impostos e juros ou ganhos financeiros) cresceu 43% na mesma base de comparação, para € 3 bilhões, graças à melhoria do desempenho em regiões como América do Norte e América Latina, onde a empresa encontrou estabilidade apesar do mercado em queda.

O faturamento líquido total ficou praticamente estável ao reportar leve crescimento de 0,14%, passando de € 54,3 bilhões na primeira metade de 2015 para € 54,4 bilhões na primeira metade deste ano, o que se deve em parte ao mix de produtos, uma vez que as vendas globais tiveram leve queda de 1%, para 2,26 milhões de unidades entregues em todo o mundo nos seis primeiros meses do ano.

Segundo a FCA, a retração foi puxada em parte pelo desempenho ao longo do segundo trimestre na região APAC - Ásia-Pacífico, devido à transição para produção da Jeep na China.

Com o desempenho global, a companhia revisou para cima as projeções para o ano: com isso, a FCA espera terminar 2016 com lucro líquido ajustado em € 2 bilhões contra € 1,9 bilhão previsto anteriormente.

O EBIT ajustado foi aumentado de € 5 bilhões para € 5,5 bilhões, enquanto o faturamento líquido deve chegar a € 112 bilhões sobre a previsão anterior que era de € 110 bilhões. Além disso, a empresa confirma a dívida líquida industrial menor que € 5 bilhões.

No relatório focado nos resultados do segundo trimestre, a FCA detalha apenas o Ebit ajustado por região referente ao primeiro semestre. Nesta análise, a América do Norte (Nafta) segue com o maior volume de ganhos para a empresa, ao reportar € 673 milhões, à frente da Europa, Oriente Médio e África, onde o Ebit somou € 157 milhões.

Na América Latina, o relatório aponta que as operações financeiras encontraram a estabilidade mesmo persistindo as difíceis condições do mercado, dado o cenário de queda no Brasil. Na região, o balanço aponta Ebit ajustado de € 155 milhões nos seis primeiros meses do ano.

Com relação a vendas, a previsão permaneceu inalterada: a empresa espera encerrar 2016 com a entrega de um volume entre 3,6 milhões a 4,1 milhões de unidades, entre automóveis e comerciais leves, buscando repetir o resultado de 2015, quando as marcas operantes na região registraram vendas de 4,1 milhões de veículos.

Já na Ásia-Pacífico, houve prejuízo (EBIT negativo) de € 58 milhões, enquanto na divisão de componentes - que agrega Magneti Marelli, Comau e Teksid - o Ebit ajustado no 1º semestre resultou em € 33 milhões.

Vendas do Grupo VW crescem apenas 1,5%

28/07/2016 – Fonte: Automotive Business



As vendas do Grupo Volkswagen somaram no primeiro semestre 5,12 milhões de unidade e registraram pequena alta de 1,5%. O crescimento foi puxado pela Europa e China, basicamente.

A crise econômica no Brasil e os desdobramentos do dieselgate nos Estados Unidos impediram uma alta mais significativa da companhia.

No Brasil, os 141,8 mil veículos entregues pelo grupo registraram queda acentuada de 33,1% ante os mesmos seis meses de 2015.

Nos Estados Unidos, os 273,8 mil veículos distribuídos pela companhia resultaram em retração de 7,2%.

Em toda a Europa foram entregues até junho 2,19 milhões, volume 3,8% maior que o anotado no primeiro semestre do ano passado.

Somente na Europa Ocidental foi entregue 1,87 milhão de unidades do Grupo VW. As Regiões Central e Leste do continente anotaram alta de 6,8% com a venda de 324,3 mil veículos.

O mercado russo, contudo, continua registrando números negativos: 78,6 mil unidades e queda de 6,8% ante o primeiro semestre do ano passado.

Em toda a Ásia-Pacífico o Grupo Volkswagen vendeu 2,04 milhões de unidades e cresceu 5,1%. Somente a China absorveu 1,86 milhão de veículos do grupo e registrou alta de 6,8%.

DESEMPENHO POR MARCA

Em todo o mundo foram entregues no primeiro semestre 2,92 milhões de automóveis da marca Volkswagen, 0,7% a menos em relação ao primeiro semestre de 2015. Com 953,2 mil carros na primeira metade de 2016, a Audi registrou alta de 5,6%.

A tcheca Skoda obteve crescimento de 4,6% ao entregar 569,4 mil unidades. A espanhola Seat distribuiu 238,8 mil unidades, 300 a mais que no primeiro semestre de 2015, crescendo apenas 0,2%.

Com 118 mil veículos, a Porsche registrou alta de 3,5%. A divisão de veículos comerciais teve crescimento mais expressivo, 7%, ao entregar 238,8 mil unidades. A MAN anotou pequena queda de 1,1% e a Scania, alta de 9%.

Veja abaixo os números do grupo em junho e no semestre:

Vendas por mercado	Junho 2016	Junho 2015	(%)	Jan.-jun. 2016	Jan.-jun. 2015	(%)
Europa	399.200	382.300	4,4	2.195.700	2.114.800	3,8
Europa Ocidental	340.000	329.100	3,3	1.871.400	1.810.900	3,3
Alemanha	127.400	122.600	3,9	685.100	668.300	2,5
Região Central e Leste Europeu	59.100	53.300	11	324.300	303.900	6,7
Rússia	14.500	14.400	0,9	78.600	84.300	-6,8
América do Norte	76.900	80.300	-4,3	444.100	451.200	-1,6
EUA	47.000	53.200	-11,7	273.800	295.000	-7,2
América do Sul	36.000	48.900	-26,4	223.800	297.300	-24,7
Brasil	22.900	33.900	-32,7	141.800	211.800	-33,1
Ásia-Pacífico	333.300	289.900	15,0	2.041.700	1.943.500	5,1
China	299.800	252.600	18,7	1.862.100	1.743.000	6,8
Total	883.400	840.400	5,1	5.116.800	5.039.300	1,5

Vendas por marca	Junho 2016	Junho 2015	(%)	Jan.-jun. 2016	Jan.-jun. 2015	(%)
Volkswagen automóveis	492.800	470.700	4,7	2.925.000	2.945.700	-0,7
Audi	169.000	157.400	7,4	953.200	902.300	5,6
Skoda	98.800	94.600	4,4	569.400	544.300	4,6
Seat	40.100	40.000	0,2	216.800	216.500	0,2
Porsche	20.300	20.800	-2,7	118.000	114.000	3,5
Volkswagen Veículos comerciais	43.700	38.600	13,3	238.800	223.200	7
MAN	9.100	10.200	-11	49.300	49.900	-1,1
Scania	8.100	6.800	19,4	40.300	37.000	9
Total	883.400	840.400	5,1	5.116.800	5.039.300	1,5

Segmento de fundidos e usinados puxa crescimento da Romi no 2º trimestre

28/07/2016 – Fonte: CIMM

Com destaque para o mercado externo e o segmento de fundidos e usinados, entrada de pedidos no segundo trimestre de 2016 cresce 67,7% em relação ao mesmo período de 2015.

A Romi, fabricante de máquinas e equipamentos industriais, com 86 anos de história e quase 160 mil máquinas instaladas por todo o mundo, apresenta os resultados alcançados no segundo trimestre de 2016.

Com receita de R\$ 150,1 milhões no segundo trimestre de 2016, a Romi obteve margem bruta de 23,4% e margem EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) de 3,8%.

A entrada de pedidos de máquinas-ferramenta e de máquinas para processamento de plásticos foi de R\$ 65,5 milhões no segundo trimestre de 2016, volume 17% superior ao obtido no mesmo período de 2015, sendo as exportações o principal motivo desse crescimento. A entrada de pedidos de máquinas B+W cresceu 754,5% nessa mesma comparação, devido a importantes projetos conquistados no Oriente Médio e na Ásia.

Já a entrada de pedidos na Unidade de Negócio de Fundidos e Usinados, impulsionada pela maior demanda do segmento de peças fundidas e usinadas de grande porte, apresentou aumento de 5,2% em relação ao segundo trimestre de 2015. A Companhia fechou o período com uma carteira de pedidos de R\$ 317,4 milhões.

A Romi continua trabalhando para tornar sua estrutura ainda mais leve e sua forma de produzir ainda mais ágil e flexível. Essas medidas possibilitaram que os estoques se mantivessem em níveis normais, a inadimplência controlada e o fluxo de caixa operacional positivo, o que reduziu a dívida líquida em 7,3% em 2016.

O mercado doméstico foi responsável por 65% da receita da Romi no segundo trimestre de 2016, confirmando o crescimento gradual e sustentável da Companhia no mercado externo, uma vez que essa participação era de 79% no mesmo período de 2015.

Segundo Luiz Cassiano Rosolen, Diretor-Presidente da Romi, "Estamos focando nossos esforços em atender, com agilidade e qualidade, às demandas dos nossos clientes, tanto no Brasil quanto no exterior. Dessa forma, estamos alcançando um bom volume de pedidos em todas as unidades de negócios, mesmo diante da atual volatilidade.

A gestão voltada a oferecer aos clientes da Romi soluções cada vez mais produtivas e o constante trabalho de geração de valor aos acionistas caminham juntos para que possamos ter cada vez mais sucesso no Brasil e no exterior".

Os investimentos em 2016 totalizaram R\$5,9 milhões, sendo estes destinados, em parte, para a manutenção, produtividade, flexibilidade e competitividade do parque industrial da Romi.

Desemprego na região metropolitana de SP fica em 17,6% em junho

28/07/2016 – Fonte: CIMM

Contingente de desempregados ficou em 1,99 milhão de pessoas em junho, 13 mil a mais do que no mês anterior

A taxa de desemprego total na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) ficou em 17,6% em junho, estável ante maio, segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) divulgada nesta quarta-feira, 27, pela Fundação Seade e pelo Dieese. Em junho de 2015 o desemprego estava em 13,2%.

No mês passado, a taxa de desemprego aberto caiu para 14,7%, de 15,0%, enquanto o indicador de desemprego oculto subiu para 2,9%, de 2,6%. Desemprego aberto é quando a pessoa procurou trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias.

Já o oculto pode ser por trabalho precário, quando não há perspectiva de continuidade e previsibilidade, ou por desalento, quando a pessoa deixou de procurar trabalho em função das circunstâncias ruins do mercado.

O contingente de desempregados ficou em 1,990 milhão de pessoas em junho, 13 mil a mais do que no mês anterior.

"Esse resultado decorreu do crescimento insuficiente do nível de ocupação (geração de 64 mil postos de trabalho) para absorver o aumento da população economicamente ativa (77 mil pessoas ingressaram no mercado de trabalho da região)", explica a Fundação Seade em nota.

Na divisão por região geográfica, o desemprego diminuiu no Oeste da Grande São Paulo (para 18,1%, de 18,7%), no Leste (para 19,6%, de 20,9%) e no Sudeste (para 16,9%, de 17,1%). Já na cidade de São Paulo houve alta para 17,2%, de 16,8%.

O contingente de ocupados foi estimado em 9,319 milhões de pessoas em junho, alta de 0,7% em relação ao mês anterior.

Na divisão por setor, o grande destaque foi Serviços, com a criação de 121 mil postos (+2,2%), enquanto o nível ocupacional permaneceu estável na indústria de transformação e teve queda no Comércio (fechamento de 44 mil vagas, ou -2,6%) e na Construção (eliminação de 6 mil empregos, ou -1,0%).

Já os rendimentos médios reais de pessoas ocupadas subiram 0,4% na margem, para R\$ 1.961 em junho, e ficaram estável para os assalariados, a R\$ 2.018.

Correias Mercúrio inicia testes de operação em sua nova fábrica, no Pará

28/07/2016 – Fonte: CIMM

A Correias Mercúrio, que em mais de 70 anos de existência se consolidou como a principal fabricante de correias transportadoras do mercado brasileiro, anuncia um marco histórico de sua trajetória: o início das operações de sua segunda fábrica, um investimento da ordem de R\$ 100 milhões. A unidade, instalada no Distrito Industrial de Marabá (PA), é a primeira a produzir correias transportadoras no Norte do país.

A nova planta, que aguarda a concessão das licenças de funcionamento para operar em fase de testes, vai abastecer o Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Vale destacar que as demandas destas regiões, até então, eram supridas pela fábrica da Correias Mercúrio em Jundiaí, no interior de São Paulo, a maior do país em seu segmento. Alterar o modelo preexistente demandou muito planejamento e um criterioso cronograma honrado pela liderança da companhia.

“Uma realização deste porte só se torna possível porque a empresa é comprometida com seus objetivos estratégicos e segue com afinco o plano de crescimento de longo prazo. Os desafios são inerentes a projetos como este, mas graças ao profissionalismo de todos os envolvidos conseguimos cumprir com sucesso o cronograma de trabalho”, avalia a CEO da Correias Mercúrio, Cristina Kawall.

“A Unidade Mercúrio Marabá é peça fundamental do nosso plano de crescimento. Com ela, damos um passo importante para tornar o Brasil autossuficiente na produção de correias transportadoras, uma conquista que nos enche de orgulho”, completa a CEO.

O comprometimento da empresa para o desenvolvimento da indústria nacional é evidenciado com o anúncio de uma fábrica totalmente concebida dentro do modelo lean manufacturing, que apresenta os mais avançados conceitos e as melhores práticas produtivas, bem como estratégias de produção inovadoras para resultados de alto desempenho.

Os esforços para operar presencialmente na região Norte do Brasil, gerando postos de trabalho diretos e indiretos e priorizando a rede de fornecedores locais, confirmam o compromisso da Correias Mercúrio com o fomento econômico e o desenvolvimento de Marabá.

A presença da empresa em Marabá confere maior celeridade no atendimento às indústrias da região. “Estamos comprometidos com o desenvolvimento das regiões onde atuamos, e tivemos a preocupação de investir na formação de mão de obra em Marabá. Para tanto, criamos, em parceria com o SENAI, um curso totalmente gratuito de tecnologia da borracha, inédito na cidade”, completa Kawall.

O Brasil abriga o maior mercado consumidor de correias transportadoras da América do Sul. Elas desempenham papel fundamental em setores de base como mineração, siderurgia e agronegócio.

“É um marco de nossa história e temos de agradecer o comprometimento do Governo Municipal de Marabá e Governo Estadual do Pará desde o início do projeto”, destaca. “Devemos mencionar, também, o importante apoio dos fornecedores locais e entidades civis”, retoma a executiva.

A Correias Mercúrio é líder do mercado brasileiro de correias transportadoras, além de ser a maior produtora de correias de cabo de aço da América do Sul. Os produtos são projetados e fabricados sob medida para as necessidades de cada cliente. Com a

inauguração da nova fábrica em Marabá, a unidade de Jundiaí vai direcionar parte de sua produção também ao mercado internacional, agregando agilidade e maior escoamento da produção da unidade paulista.

A companhia já conta com escritório próprio também em Santiago, no Chile, com equipe de profissionais do próprio país, além de um Centro de Distribuição em Jundiaí.

Randon reafirma confiança no potencial de Chapecó (SC)

28/07/2016 – Fonte: CIMM

Após cinco anos de operação de sua fábrica em Chapecó (SC), a Randon reafirma seu compromisso com a região, até então tradicionalmente fabricante de semirreboques frigoríficos.

Em visita ao prefeito Luciano Buligon e ao secretário de Desenvolvimento Econômico e Social, Diógenes Lang, nesta semana, a Randon, através de seu presidente, David Randon e do Diretor Corporativo, Alexandre Gazzzi, analisou o cenário econômico brasileiro e renovou sua confiança no País e no potencial de Santa Catarina para receber novos negócios, o que acaba de ocorrer com a incorporação de novas linhas de produtos: o semirreboque e a carroceria furgão carga geral.

Às vésperas das comemorações do seu centenário, a cidade de Chapecó sediou o encontro da Randon com seus clientes da região onde foram mostrados os novos investimentos na planta e os diferenciais competitivos dos equipamentos fabricados nas instalações em Chapecó, a começar pela localização estratégica da fábrica que permite maior velocidade ao atendimento e maior facilidade aos clientes.

Também, na ocasião houve um espaço interativo com os clientes para abordar aspectos relacionados à Randon, seu portfólio de produto e o cenário atual do setor de transporte. Alexandre Gazzzi, diretor corporativo da Randon – Divisão Holding, lembra que Santa Catarina consome cerca de 1/3 de toda a produção nacional de semirreboques frigoríficos.

Fluke lança no mercado brasileiro seu mais novo calibrador industrial de pressão

28/07/2016 – Fonte: CIMM

A Fluke Calibration, divisão da Fluke Corporation e empresa líder nos segmentos de instrumentação de precisão e software para calibração, anuncia o lançamento do Calibrador Industrial de Pressão 2271A, uma solução abrangente e automatizada para calibrar uma ampla variedade de medidores e sensores de pressão.

O 2271A é ideal para laboratórios de calibração que estão prestando serviços de calibração de pressão, pois possui uma ampla variedade de recursos de medição de pressão em um único instrumento.

O 2271A possui um design modular que pode ser rapidamente configurado para atender às diferentes necessidades de precisão e faixa, e também expandido conforme a necessidade para atender as cargas crescentes de trabalho.

O calibrador é de fácil manuseio graças a uma interface gráfica que dispõe de uma estrutura de menu intuitivo que pode ser operada até mesmo por técnicos menos experientes. Além disso, o novo equipamento da Fluke Calibration pode ser totalmente automatizado para ajudar os laboratórios de calibração a funcionar de forma mais eficiente.

O calibrador apresenta faixas de pressão a partir de -100 kPa até 20 MPa (-15 a 3000 psi) para a calibração de diferentes tipos de sensores e medidores de pressão em um único dispositivo.

A estrutura do Fluke 2271A é flexível o suficiente para que possam ser instalados módulos removíveis com classes de precisão diferentes no mesmo chassi. Desta forma, os técnicos podem utilizar o nível mais alto de precisão para as faixas de pressão que exigirem isso e um nível de precisão mais baixo, mais econômico, onde for aplicável. Já o módulo integrado de medição elétrica com recursos HART, torna o 2271A uma solução ainda mais abrangente para a calibração de transmissores de pressão.

O novo calibrador da Fluke também dispõe de um sistema opcional de prevenção contra contaminação que ajuda a evitar o risco de contaminar seu padrão de pressão ao calibrar os dispositivos, proporcionando uma importante proteção e evitando a alteração das leituras e do comportamento do calibrador.

Soja, milho e minério colaboram para desaceleração de preços ao produtor, diz FGV

28/07/2016 – Fonte: Paraná Online

Na passagem de junho para julho, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), desacelerou de +2,21% para -0,01%, com forte contribuição do grupo Matérias-Primas Brutas, que reverteu tendência e passou de alta de 3,66% para queda de 1,96% no período.

No estágio inicial da produção, os principais responsáveis pela desaceleração foram soja em grão (14,82% para -3,68%), milho em grão (5,65% para -11,19%) e minério de ferro (-3,56% para -9,17%). Em sentido oposto, destacam-se: mandioca (aipim) (-5,32% para 2,95%), leite *in natura* (4,91% para 8,03%) e café (em grão) (1,83% para 4,99%).

O índice referente a Bens Intermediários dentro do IPA também apresentou desaceleração, ao sair de 1,48% em junho para 0,28% em julho. O principal responsável por este movimento foi o subgrupo materiais e componentes para a manufatura (de 2,79% para 0,29%).

O índice de Bens Intermediários (ex), calculado após a exclusão do subgrupo combustíveis e lubrificantes para a produção, variou 0,27%, ante 1,80%, em junho.

O índice relativo aos Bens Finais também registrou desaceleração, embora em menor intensidade, ao passar de 1,65% no último mês para 1,41% em julho.

Influenciou esse resultado o subgrupo alimentos *in natura* (+9,96% para +3,81%). Excluindo-se os subgrupos alimentos *in natura* e combustíveis para o consumo, o índice de Bens Finais (ex) registrou variação de 1,22%. Em junho, a taxa foi de 0,74%.

Principais influências

De acordo com a FGV, as maiores influências negativas no IPA de julho estão milho em grão, minério de ferro, soja em grão, batata inglesa (28,48% para -17,47%) e mamão (-40,66% para -44,89%).

Já na lista de maiores influências de alta no IPA de julho estão feijão em grão (42,60% para 18,91%), leite *in natura* (4,91% para 8,03%), leite industrializado (8,18% para 16,08%), ovos (5,96% para 7,40%) e açúcar cristal (0,33% para 6,45%).

Ações anticorrupção aceleraram programas de compliance, dizem empresários

28/07/2016 – Fonte: Paraná Online

A operação Lava Jato e a Lei Anticorrupção aceleraram a implementação de programas de compliance e gestão de risco nas empresas brasileiras, segundo pesquisa da Câmara Americana de Comércio - Amcham, realizada na manhã desta quarta-feira, 27. A Amcham ouviu 180 gestores de companhias de todos os portes e segmentos durante o III Seminário de Compliance promovido pela entidade hoje, em São Paulo.

De acordo com o levantamento, 60% dos empresários afirmaram que as ações anticorrupção em curso no País trouxeram impacto direto no investimento em programas de integridade da organização. E 61% dos entrevistados avaliaram que a entrada em vigor da Lei Anticorrupção mudou a conscientização sobre questões referentes a este tema.

Na pesquisa realizada pela Amcham, 73% das empresas informaram já possuir um programa formal de compliance. Apesar disso, 69% deles ainda veem fragilidades internas, com necessidade de avanços no programa e maior pulverização de ações anticorrupção nos demais processos da organização. Uma parcela de menor, de 31% dos empresários, considera que seus programas estão maduros e culturalmente implementados em toda a organização.

A pesquisa da Amcham identificou também necessidades de avanços na regulamentação do lobby no Brasil. A maioria dos empresários (61%) a considera como prioritária dentro da escalada do País prol anticorrupção.

Outro ponto com necessidade de avanço identificado pela pesquisa Amcham diz respeito ao programa de integridade gerenciado pelo Ministério da Transparência, que busca o cumprimento de normas anticorrupção. Um porcentual de 50% dos empresários informou ainda conhecer pouco desta ação do governo federal.

A Amcham ouviu 180 empresários e executivos de empresas dos mais variados portes e segmentos durante o III Seminário de Compliance.

Maciel: crédito livre às empresas caiu 7,5% no semestre, o que é significativo

28/07/2016 – Fonte: Paraná Online

O contraste do comportamento do crédito livre no primeiro semestre deste ano, em especial para Pessoa Jurídica, em relação à primeira metade de 2015 chamou a atenção do chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Tulio Maciel. "O crédito às empresas caiu significativos 7,5% no primeiro semestre. No ano passado, em igual período, crescia 1,4%", comparou.

De acordo com o técnico do BC, há uma queda bastante abrangente e generalizada ente as modalidades de financiamento. "São fatores sistêmicos, é um ambiente de crescimento baixo e de incertezas", constatou. Isso fica mais claro, de acordo com Maciel, no caso do segmento de capital de giro, que recuou 7,4% no primeiro semestre deste ano. No mesmo período, a conta garantida teve baixa de 7,1%.

Renegociação

Maciel chamou a atenção para a quantidade renegociação de empréstimos para as pessoas físicas com recursos livres no primeiro semestre deste ano. A alta no período foi de 7,0% e, na margem, houve avanço de 1,6% de maio para junho. Com essas variações, o volume de financiamentos renegociados no mês passado chegou a R\$ 28,902 bilhões.

Maciel observou também que o volume de crédito destinado às famílias, no segmento com recursos livres, ficou praticamente estável de maio para junho, apresentando uma baixa de 0,2%.

Ele lembrou que essa modalidade tem oscilado ao longo dos últimos meses, mas que apresenta tendências distintas, com aumento da busca por crédito consignado e pelo rotativo do cartão de crédito, respectivamente as modalidades de financiamento que apresentam as taxas de juros mais baixas e mais elevadas do mercado.

"O consignado é uma boa notícia. Cresceu no semestre e é um empréstimo de boa qualidade, mas por outro lado também houve aumento de linhas de menor qualidade, em particular o rotativo", afirmou.

Em tom mais otimista, Fed destaca melhora do emprego e diz que riscos diminuíram

28/07/2016 – Fonte: Paraná Online

O Federal Reserve (Fed, o BC dos EUA) indicou nesta quarta-feira que o mercado de trabalho melhorou e que a atividade econômica vem se expandindo a uma taxa moderada. "Os ganhos de emprego foram fortes em junho após um crescimento fraco em maio. Em equilíbrio, as folhas de pagamento e outros indicadores do mercado de trabalho apontam para algum aumento na utilização do trabalho nos últimos meses", destacou o Fed em comunicado. Enquanto isso, o Fed disse que os riscos de curto prazo para as perspectivas econômicas têm diminuído.

O Banco Central anunciou hoje que manteve a taxa dos fed funds na faixa de 0,25% a 0,50% e a taxa de redesconto em 1,00%, em uma decisão em linha com as expectativas. Uma dirigente, Esther George, votou por uma elevação na taxa, no único voto contrário à decisão da maioria.

Segundo a instituição monetária, as despesas das famílias têm crescido fortemente, mas os investimentos fixos das empresas têm sido suave. Diante disso, o Fed disse que a inflação continuou abaixo do objetivo de 2% no longo prazo do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês), refletindo em parte quedas anteriores dos preços de energia e dos preços das importações.

O Comitê espera atualmente que, com ajustes graduais na orientação da política monetária, a atividade econômica se expanda em um ritmo moderado e que os indicadores do mercado de trabalho se fortaleçam.

A inflação deverá manter-se baixa no curto prazo, em parte por causa de declínios anteriores dos preços de energia, mas deve atingir os 2% no médio prazo, uma vez que os efeitos transitórios de quedas anteriores dos preços do petróleo e de importação se dissiparam e o mercado de trabalho fortaleceu ainda mais.

"A Comissão continua a acompanhar de perto os indicadores de inflação e os desenvolvimentos econômicos e financeiros globais", apontou o comunicado.

Ao determinar o momento e o tamanho de futuros ajustes para a faixa da meta para a taxa de juros, o Fomc irá avaliar as condições econômicas atuais e estimadas relativas aos seus objetivos de taxa de emprego máximo e inflação de 2%.

Essa avaliação levará em conta uma vasta gama de informações, incluindo medidas nas condições do mercado de trabalho, indicadores de pressão na inflação e expectativas de inflação, além de leituras de desenvolvimentos financeiros e internacionais.

À luz da atual queda na inflação de 2%, o Fomc irá monitorar com cuidado os progressos atuais e esperados em direção a sua meta de inflação. O Fomc estima que as condições irão evoluir de uma maneira que irá garantir apenas aumentos graduais na taxa de juros; a taxa de juros deve provavelmente permanecer, por algum tempo, abaixo dos níveis esperados que deverão prevalecer no longo prazo. Entretanto, o atual percurso dos Fed Funds irá depender da perspectiva econômica, como informado pelos dados econômicos já divulgados.

Na votação da medida de política monetária do Fomc votaram a favor: Janet L. Yellen, presidente do Federal Reserve; William C. Dudley, vice-presidente do Fed; Lael Brainard; James Bullard; Stanley Fischer; Loretta J. Mester; Jerome H. Powell; Eric Rosengren; and Daniel K. Tarullo.

Votou contra a decisão Esther L. George, que preferia nesta reunião elevar a taxa de juros entre 0,50% e 0,75%.

Vale lucra R\$3,6 bi no 2º tri, queda de 30% sobre 2015 por provisão para Samarco

28/07/2016 – Fonte: R7

A Vale, maior produtora global de minério de ferro, anunciou nesta quinta-feira um lucro líquido de 3,585 bilhões de reais, queda de 30 por cento na comparação com o mesmo período do ano passado, impactado principalmente por uma provisão anunciada na véspera de 3,733 bilhões de reais relacionada ao rompimento de uma barragem da Samarco.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado somou 8,341 bilhões de reais, alta de 22 por cento ante o mesmo período do ano passado, diante de maiores vendas de minério de ferro.

Na moeda norte-americana, o lucro líquido no segundo trimestre somou 1,106 bilhão de dólares, levemente acima do valor médio esperado por analistas, de cerca de 1 bilhão de dólares, de acordo com uma pesquisa realizada pela Reuters.

A Vale informou que a receita líquida totalizou 23,203 bilhões no segundo trimestre, alta de 8 por cento ante o mesmo período de 2015, em meio a maiores volumes de venda de finos de minério de ferro.

Em um vídeo publicado na internet, o diretor-executivo de Finanças e Relações com Investidores da Vale, Luciano Siani, afirmou que foi um trimestre de avanços nos principais objetivos da companhia, que são a melhoria na competitividade, a entrega do plano de investimentos e a redução de sua dívida.

O executivo destacou que a Vale bateu recorde de produção para um segundo trimestre, em Carajás, com 36,5 milhões de toneladas. O indicador é importante, já que o ativo produz um minério com maior retorno, enquanto a empresa reduz a produção em minas menos rentáveis, diante dos baixos preços da commodity.

Segundo a companhia, o volume de minério de ferro (finos) vendido somou 72,678 milhões de toneladas, ante 67,230 milhões no mesmo período do ano passado. Isso apesar de a produção total de minério da empresa ter caído 2,8 por cento no período.

A empresa afirmou que o preço realizado de finos de minério de ferro (CFR/FOB) atingiu 48,30 dólares/t no 2º trimestre, ante 50,44 dólares/t no mesmo período do ano passado, mas ficou acima dos 46,50 dólares/tonelada do primeiro trimestre.

Siani destacou ainda que a empresa teve o menor custo de sua história recente para o minério colocado na China, de 30,3 dólares por tonelada, incluindo as despesas de capital.

"Seguimos firmes para encarar um ambiente de preços mais desafiadores", disse Siani. Em nota a clientes, Leonardo Correa e Caio Ribeiro, analistas do BTG Pactual, afirmaram que, em geral, a Vale relatou um conjunto melhorias dos resultados na comparação trimestral, atendendo às expectativas dos investidores.

"No geral, um bom conjunto de resultados com boa qualidade, e é encorajador ver que a principal prioridade dessa gestão é fortalecer seu balanço", afirmaram.

No entanto, os analistas destacaram que continuam preocupados sobre as perspectivas para os preços do minério de ferro para o segundo semestre.

SAMARCO

A provisão relacionada à Samarco, joint venture da Vale com a BHP Billiton que impactou o lucro líquido, foi anunciada em momento em que a empresa já "não consegue estimar com segurança o tempo e a forma com que as operações" na região de Mariana (MG) serão retomadas, devido a dificuldades no processo de licenciamento.

A Vale disse ainda que "a atual avaliação da Samarco aponta que a retomada das operações em 2016 é altamente improvável" --inicialmente esperava-se que a empresa voltasse a operar ainda neste ano.

O desastre com a barragem de rejeitos da Samarco, no ano passado, provocou a morte de 19 pessoas, sendo considerado o pior desastre ambiental do país.

A Vale, Samarco e BHP firmaram um acordo bilionário com o governo para reparações, mas sua homologação está suspensa pela Justiça.

Mas a Vale explicou também nesta quinta-feira que, tendo em vista as dificuldades de caixa da Samarco, é provável que seus acionistas sejam chamados a cumprir com obrigações, e, portanto, a Vale estima contribuir em torno de 150 milhões de dólares para uma fundação neste semestre, que serão deduzidos do valor provisionado de 3,7 bilhões de reais.

A empresa afirmou ainda que há outros processos relacionados ao caso Samarco, incluindo de investidores nos Estados Unidos, mas como estão em "estágios bastante preliminares" não é possível determinar possíveis desfechos e/ou uma estimativa confiável da exposição potencial neste momento, "razão pela qual nenhuma provisão relacionada a tais processos" foi feita.

CUSTOS E DESPESAS MAIORES

Os custos e despesas aumentaram para 18,528 bilhões de reais no segundo trimestre, ante 17,698 bilhões nos primeiros três meses do ano, principalmente devido ao impacto de maiores volumes de vendas, sendo parcialmente compensado pelas iniciativas de redução de custos.

Já os investimentos totalizaram 1,368 bilhão de dólares no período, representando uma redução de 81 milhões em comparação com o primeiro trimestre. Os investimentos na execução de projetos totalizaram 905 milhões de dólares, com aportes relacionados ao projeto S11D de minério de ferro totalizando 540 milhões de dólares.

"O projeto S11D --o mais importante da nossa história-- está sendo comissionado e nós continuamos comprometidos com o nosso programa de desinvestimentos", disse a Vale.

Segundo Siani, a empresa atingiu avanço físico de 90 por cento na mina e usina do S11D e 92 por cento no ramal ferroviário, que liga o projeto à estrada de ferro Carajás.

"Portanto estamos firmes para dar início na produção no segundo semestre deste ano." Siani destacou também que a empresa reduziu sua dívida líquida, apesar da valorização do real, que em tese faz com que a dívida em dólar aumente.

A dívida líquida caiu para 27,508 bilhões de dólares em 30 de junho de 2016, contra 27,661 bilhões de dólares em 31 de março de 2016, com uma posição de caixa de 4,306 bilhões de dólares.

De acordo com o balanço da empresa, a queda da dívida líquida se deveu, principalmente, ao fluxo de caixa livre de 761 milhões dólares no segundo trimestre de 2016, que foi parcialmente compensado pelo impacto do câmbio na conversão da parcela da dívida denominada real para dólar.

Tributos relacionados a renda e atividade elevam arrecadação no mês

28/07/2016 – Fonte: Estado de Minas

A alta real de 2,70% na arrecadação na passagem de maio para junho é explicada principalmente pelo aumento no recolhimento de impostos sobre a renda e também sobre alguns produtos industrializados, como automóveis e bebidas. Muitos desses setores, porém, continuam exibindo resultado negativo em relação ao ano passado.

Segundo dados da Receita Federal, a arrecadação com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre automóveis cresceu 7,08% em junho ante maio, para R\$ 271 milhões. O avanço já desconta a inflação do período. No entanto, este tributo registra queda real de 16,21% ante a arrecadação verificada em junho do ano passado.

No caso do IPI Bebidas, houve alta real de 1,24% em junho ante maio, para R\$ 223 milhões, segundo a Receita. O valor ainda é 25,43% maior do que em igual mês do ano passado, já descontado o efeito de preços.

O IPI Outros também registrou avanço real de 6,57% na arrecadação na passagem do mês, para R\$ 1,661 bilhão. Porém, o montante ficou 2,87% abaixo do recolhido em junho de 2015, já descontada a inflação.

Nos impostos sobre a renda, a arrecadação federal somou R\$ 28,181 bilhões em junho, alta real de 20,50% ante maio.

A única modalidade que cresceu foi o imposto de renda retido na fonte, principalmente sobre rendimentos de capital (avanço real de 184,72%, para R\$ 9,596 bilhões), mas também sobre rendimentos de residentes no exterior (6,37%) e outros rendimentos (5,03%).

Apesar disso, a arrecadação de impostos sobre a renda teve desempenho pior do que em junho do ano passado. Nesse intervalo, houve queda real de 3,45%.

Ainda na passagem de maio para junho, a arrecadação com outras receitas administradas pela Receita cresceu 14,58% em termos reais, para R\$ 1,975 bilhão. Na comparação com junho do ano passado, porém, houve queda de 19,52%, já descontada a inflação.

No total, a arrecadação do governo federal somou R\$ 98,129 bilhões em junho, alta real de 2,70% em relação ao mês de maio.

Câmara analisa participação de sindicatos em negociações sobre lucros das empresas

28/07/2016 – Fonte: Portal Contábil



A Câmara dos Deputados analisa proposta que aumenta a transparência e a representatividade de sindicatos e federações de trabalhadores nas negociações envolvendo a participação deles em lucros e resultados da empresa.

O texto em análise é o Projeto de Lei 3016/15, do deputado Laércio Oliveira (SD-SE), que modifica a Lei de Participação nos Lucros das Empresas (Lei 10.101/00). Segundo o deputado, a lei atual não prevê expressamente como se dá a participação sindical nos casos em que a empresa possua diversas atividades ou negócios ou mesmo esteja estabelecida em diversos municípios ou estado.

“Em decorrência, algumas situações conflituosas começam a surgir entre sindicatos e empresas nesta situação, que pode resultar em acessos desnecessários ao Poder Judiciário ou ainda em inadequados movimentos sindicais”, justifica Oliveira.

O objetivo do projeto é permitir que a participação nos lucros e resultados possa ser tratada com o sindicato, federação ou confederação de trabalhadores que melhor represente a categoria preponderante dos empregados.

Pelo texto atual da lei, só pode integrar a comissão paritária, formada por empregadores e empregados, um representante indicado pelo sindicato que represente a categoria predominante na sede da empresa.

Para o autor, para empresas que possuem inúmeros negócios ou mesmo filiais e cuja representação sindical geralmente se encontra espalhada por todo o Brasil é temerário firmar uma única política ou Programa de Participação nos Lucros e Resultados para toda a organização.

“A atual realidade gera total insegurança às partes e não dá a devida publicidade para todos os empregados atingidos pela medida”, argumenta Oliveira.

O projeto

Conforme o projeto, havendo mais de um sindicato ou mais de uma unidade de negócio, a empresa poderá negociar com o sindicato que mais expresse a representação de seus empregados ou ainda com a respectiva federação ou confederação de trabalhadores. Os termos negociados devem ser informados aos demais sindicatos envolvidos.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Íntegra da proposta: [PL-3016/2015](#)

Conheça os absurdos que ainda sobrevivem na CLT

28/07/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A legislação trabalhista tem mais de 1.700 regras, entre leis, portarias, normas e súmulas. Para o professor da USP José Pastore, ela reúne “absurdos”, que poderiam fazer sentido na década de 1940, quando foram criadas, mas são anacrônicas no século XXI.

Imposições legais vão desde hora extra menor que 60 minutos até proibição de divisão de férias em dois períodos de 15 dias para quem tem 50 anos ou mais.

Hora com menos de 60 minutos

O artigo 71 da CLT prevê que a hora noturna — entre 22h de um dia e 5h do dia seguinte — seja de 52 minutos e 30 segundos. Com isso, o trabalhador tem direito a sete minutos e 30 segundos a mais por cada hora trabalhada.

50 anos com férias completas

Trabalhadores com 50 anos ou mais devem gozar as férias em período único. A permissão para dividir as férias em dois períodos de 15 dias é só para quem tiver até 49 anos.

Descanso antes da hora extra

As mulheres têm direito a descanso de 15 minutos entre a jornada regular de trabalho e o início da hora extra. O benefício foi considerado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de 2014.

Prazo de dois anos de prescrição

A legislação prevê um prazo de até dois anos para que os trabalhadores reclamem na Justiça sobre violações trabalhistas. O prazo, segundo Pastore, é superior ao de outros países. Na Alemanha, a prescrição é de algumas semanas.

Entrar e sair em 10 minutos

A CLT estabelece tempo máximo de dez minutos para que os trabalhadores entrem e saiam da empresa, incluído nesse período o tempo para saída na hora do almoço.

Pastore pondera que esse tempo pode ser suficiente para quem trabalha em empresa menores, mas para os operários de uma siderúrgica, que passam por pátio até chegar ao portão da fábrica, esse tempo não é suficiente

“Esse tempo pode ser negociado entre as partes, não precisa estar na lei”, reforça.

Acordos eternos

Segundo Pastore, há súmula do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que torna válida para sempre cláusulas negociadas nas convenções coletivas. Elas não têm prazo de validade. Se uma das partes quiser aquela cláusula, ela não vai cair, mesmo que a conjuntura econômica ou as condições de trabalho mudem, afirma o sociólogo.

Ponto na empresa

O especialista chama a atenção para a obrigatoriedade de se marcar o ponto na empresa. Mesmo que o empregado possa trabalhar em casa ou tenha que se deslocar para outro local para trabalhar, ele é obrigado a passar na companhia primeiro para marcar o ponto.

Usiminas reduz prejuízo no segundo trimestre para R\$ 123 milhões

28/07/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



A Usiminas divulgou nesta quinta-feira (28) o oitavo resultado trimestral negativo consecutivo, mas os números mostraram uma redução no prejuízo, em meio à suspensão de obrigações financeiras de empresa junto a bancos credores e esforços de reestruturação de suas operações.

A companhia teve prejuízo líquido de R\$ 123 milhões no segundo trimestre, ante resultados negativos de R\$ 151 milhões no primeiro trimestre e de R\$ 781 milhões entre abril e junho de 2015.

A Usiminas, apesar de viver uma disputa entre seus controladores Nippon Steel e Techint que se arrasta desde 2014, conseguiu, neste mês, prorrogar por mais 60 dias acordo com bancos para suspensão de obrigações financeiras.

Com a suspensão das obrigações, acordada inicialmente em março, e um aumento de capital de R\$ 1 bilhão realizado no final de junho, a empresa terminou o semestre com R\$ 2,7 bilhões em caixa.

A companhia apurou geração de caixa positiva de R\$ 61 milhões quando medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (o Ebitda). Um ano antes, o Ebitda havia sido negativo em R\$ 755 milhões. No primeiro trimestre deste ano, ficou positivo em R\$ 50 milhões.

A margem Ebitda passou para 3%, ante 2% no primeiro trimestre. No segundo trimestre de 2015, a margem havia sido negativa em 28%.

A relativa melhora no Ebitda veio com corte nos investimentos, que caíram para R\$ 50 milhões no segundo trimestre, ante R\$ 70 milhões nos três primeiros meses do ano e R\$ 226 milhões no segundo trimestre de 2015.

PRODUÇÃO E VENDAS

A Usiminas, que tem capacidade para cerca de 9 milhões de toneladas de aço por ano, produziu de abril a junho, 776 mil toneladas, elevando o total da primeira metade do ano para 1,570 milhão de toneladas, 42% abaixo do mesmo período de 2015.

A empresa paralisou a produção de aço bruto na usina de Cubatão no início do ano, mantendo atividade na usina de Ipatinga (MG).

As vendas de aço da companhia somaram 899 mil toneladas no segundo trimestre, praticamente estável ante os três primeiros meses do ano, mas queda de cerca de 30% sobre um ano antes.

Já as vendas de minério de ferro recuaram a 787 mil toneladas no trimestre passado, quedas de 20% sobre o primeiro trimestre deste ano e de 35% na comparação anual. Com isso, a receita líquida da companhia somou R\$ 2,028 bilhões nos três meses encerrados em junho, praticamente estável sobre o primeiro trimestre, mas 24% menor que no segundo trimestre de 2015.

O custo dos produtos vendidos mostrou evolução, recuando de R\$ 2,571 bilhões no segundo trimestre do ano passado para R\$ 2,025 bilhões nos três meses terminados em junho.

Goldman eleva perspectiva de preços para minério de ferro

28/07/2016 – Fonte: Inda.com

O Goldman Sachs elevou sua perspectiva de curto prazo para o minério de ferro e projetou a continuidade dos altos níveis de volatilidade dos mercados do aço.

O minério de ferro será negociado a US\$ 50 a tonelada em três meses e a US\$ 40 em seis meses, disseram analistas, incluindo Christian Lelong e Amber Cai, em relatório com data de 27 de julho.

As projeções superam as de US\$ 45 e US\$ 35 feitas anteriormente. O minério com 62% de conteúdo em Qingdao, na China, subiu 0,9% nesta quarta-feira, para US\$ 58,63, segundo a Metal Bulletin.

"Estamos mantendo a meta de longo prazo a US\$ 35 por tonelada, mas ressaltamos o potencial de continuidade da volatilidade de preço até a normalização dos estoques de aço", escreveram os analistas.

Os baixos estoques de aço na China, a principal produtora, provocaram fortes oscilações de preço em um momento em que os investidores que especulam com as tendências macro miram primeiro os mercados do aço e do minério de ferro.

Os avanços do minério de ferro em 2016 têm desafiado os alertas de que uma avalanche de nova oferta esmagaria a demanda em um momento de desaceleração da economia da China.

O boom de crédito do primeiro semestre do ano ajudou a escorar uma ampla recuperação, mesmo que os estoques portuários tenham avançado ao seu nível mais alto desde 2014. "A volatilidade vista desde o início de 2016 quase faz o setor ferroso parecer o de alguma outra commodity", escreveram os analistas.

As medidas de estímulo de Pequim sustentarão os preços do minério de ferro por mais 12 meses porque o aumento da liquidez se transferirá à produção maior de aço, disseram analistas da Sanford C. Bernstein em um relatório, na quarta-feira.

Embora um dólar mais forte do que o esperado possa provocar uma reação pessimista nos mercados de aço e de minério de ferro, a postura dovish do Federal Reserve e os estímulos fiscais das maiores economias poderiam justificar os estoques portuários mais elevados e apoiar os preços à vista atuais por mais tempo, escreveram os analistas do Goldman.

Lucro líquido da Ford sobe 33,5% no primeiro semestre do ano

28/07/2016 – Fonte: Exame



Washington - O lucro líquido da Ford no primeiro semestre do ano subiu para US\$ 4,427 bilhões, 33,5% mais que no mesmo período de 2015, graças aos bons resultados na América do Norte e Europa. Ford afirmou que no segundo trimestre do ano, seu lucro líquido chegou a US\$ 1,972 bilhão, 8,7% menos que há um ano.

O lucro líquido antes de impostos durante o semestre foi de US\$ 6,526 bilhões, um aumento de 28,8%. No segundo trimestre, o lucro líquido antes de impostos chegou a US\$ 2,875 bilhões, 12,5% menos que no mesmo período de 2015.

Nos seis primeiros meses do ano, a Ford teve receita de US\$ 77,203 bilhões, 8,4% de aumento, após lucrar US\$ 39,485 bilhões no segundo trimestre. Por regiões e no segundo trimestre, a Ford teve na América do Norte lucro antes de impostos de US\$ 2,7 bilhões, US\$ 135 milhões menos que em 2015, e receita de US\$ 23,8 bilhões, US\$ 500 milhões mais que há um ano.

Na América do Sul, a Ford acumulou perdas de US\$ 265 milhões, US\$ 80 milhões mais que em 2015. Sua receita caiu para US\$ 1,3 bilhão, US\$ 200 milhões menos que há um ano.

Na Europa, lucrou US\$ 467 milhões de abril a junho, o que representou US\$ 306 milhões de aumento, com receita de US\$ 8,1 bilhões, US\$ 1,1 bilhão mais que em 2015. No Oriente Médio e na África, a Ford perdeu US\$ 65 milhões, um aumento de US\$ 19 milhões.

Na Ásia/Pacífico, as perdas ficaram em US\$ 8 milhões, frente a lucro de US\$ 194 milhões do mesmo período do ano passado. "Tivemos um dos melhores segundos trimestres de nossa história e lucros antes de impostos recorde na primeira metade do ano", disse em comunicado Mark Fields, presidente e executivo-chefe da Ford.

"Continuamos comprometidos a proporcionar outro ano de fortes lucros, inclusive enquanto respondemos aos novos riscos e dificuldades do mercado no mundo todo", acrescentou Fields.

MP do Rio abre ação para impedir operação da CSA

28/07/2016 – Fonte: Exame



Rio de Janeiro - O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro abriu ação para impedir a continuação das operações da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), controlada pelo grupo alemão ThyssenKrupp, cobrando novas análises sobre os impactos ambientais do empreendimento.

A usina começou a operar em 2010, mas até hoje não conseguiu obter licença de operação, afirma o MPRJ.

Desde o início das operações, a empresa tem sido alvo de processos por poluição e vem funcionando com uma licença de instalação (LI) e uma autorização para pré-operação, segundo o Ministério Público.

Indicador de Atividade da Fiesp com ajuste sazonal sobe 0,8% em junho ante maio

28/07/2016 – Fonte: DCI

O Indicador de Nível de Atividade (INA) da indústria paulista, medido pelo Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon) da Fiesp e do Ciesp, subiu 0,8% em junho ante maio, na série com ajuste sazonal. Sem esse ajuste, houve queda de 0,1%. Já na comparação com junho do ano passado o índice recuou 8,1%, enquanto a queda no primeiro semestre deste ano - ante igual intervalo de 2015 - ficou em 9,9%.

Na divisão por setores, o INA de papel e celulose subiu 0,9% em junho ante maio, com ajuste. Já o INA de veículos automotores avançou 1,3%. E em Móveis houve alta de 0,4%.

"Este ano o INA começou mal, e esperamos que, ao contrário de 2015, o indicador dê uma estabilizada no segundo semestre. Como o ano passado foi péssimo, 2016 vai ser só ruim", acredita Paulo Francini, diretor do Depecon. Para ele, o resultado de junho mostra que a indústria está se acomodando.

"Faz muito tempo que não registramos um mês positivo. Isso mostra que a queda contínua e crescente parou de existir, e sabemos que não há jeito de subir se não parar de cair". A projeção para o INA é fechar 2016 com retração de cerca de 6%, depois de ter registrado -6,2% em 2015 e -6,0% em 2014.

O nível de utilização da capacidade instalada (Nuci) da indústria paulista ficou em 75,1% em junho, na série com ajuste sazonal, ante 74,8% em maio e 77,5% em junho do ano passado. Sem ajuste, o Nuci foi de 75,6% em junho deste ano, de 75,7% no mês anterior e 78,0% em junho do ano passado.

Sensor

A confiança industrial com ajuste fica em 48,4 em julho, no A confiança dos empresários industriais paulistas subiu levemente em julho, segundo a pesquisa Sensor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O indicador avançou para 48,4 pontos, de 48,0 pontos em junho, na série com ajuste sazonal. Trata-se do maior nível desde dezembro de 2014. Na série sem ajuste, o Sensor ficou em 49,5 pontos em julho, de 48,4 pontos em junho.

Os indicadores variam de zero a 100 pontos. Leituras acima de 50 significam aumento das expectativas positivas.

Dos cinco itens que compõem o Sensor, três avançaram e dois recuaram, de acordo com a classificação da Fiesp. A alta mais expressiva se deu na percepção sobre os Estoques, que passou para 49,9 pontos em julho, de 46,7 em junho (com ajuste sazonal), indicando ter havido diminuição da percepção de estoques excessivos. O componente Investimento avançou a 50,8 pontos, de 48,0 pontos. E em Emprego houve alta para 46,7 pontos, de 45,8 pontos.

Por outro lado, o indicador Vendas caiu a 47,0 pontos em julho, de 52,5 pontos em junho. Em Mercado, a retração foi para 46,5 pontos, de 48,2 pontos.